

Aparecido cria comissão para tocar obras

Nos próximos três anos governo fará maciços investimentos para melhorar infra-estrutura

O GDF deve executar, nos próximos três anos, um programa de obras — nos setores de habitação, saneamento, transporte e meio ambiente — que será um dos mais amplos e ambiciosos do País. A informação é do secretário de Governo, José Carlos Mello, que relatou para o **CORREIO BRAZILIENSE** uma série de entendimentos acertados entre o GDF e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente visando à destinação de recursos para projetos prioritários.

Mello definiu o encontro, ocorrido na quarta-feira passada, entre o governador José Aparecido e o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, como extremamente produtivo. “Foi uma das reuniões de trabalho mais proveitosas entre o GDF e o Governo Federal”.

Na oportunidade, o Governador apresentou o resultado do trabalho efetuado nas últimas duas semanas por equipes do GDF e do MDU, contendo a série de programas acertados para os setores de habitação, transporte, saneamento e meio ambiente. Aparecido observou também que o crescimento populacional do DF apresenta dados preocupantes (7 por cento ao ano), acrescentando que esse crescimento ocorre nas áreas menos favorecidas, gerando a necessidade de serviços públicos de toda ordem.

Segundo Mello, o problema da moradia é um dos mais sérios a ser enfrentado. “O Distrito Federal tem um déficit habitacional estimado entre 80 a 100 mil unidades habitacionais. Não podemos ficar de braços cruzados com relação a isso”.

Para isso Aparecido criou uma comissão de alto nível, presidida pelo chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida, com ações executadas através da Secretaria Especial de Habitação, Sociedade de Habitações e Interesse Social e Terracap. Acrescentou ainda que há uma série de possibilidades de créditos que o MDU já ofereceu ao GDF, o qual deverá oferecer como contrapartida os projetos.

Algumas ações já começaram a ser desenvolvidas. Mello citou, por exemplo, a recente distribuição de aproximadamente 6 mil lotes com infra-estrutura básica no Setor O da Ceilândia; o projeto de habitações populares na Estrada Parque de Taguatinga do urbanista Lúcio Costa, além da construção hoje de 500 casas em regime de mutirão no Setor M Norte de Taguatinga. A Shis deverá também ter sua área de atuação ampliada para a região do Entorno. A idéia, segundo Mello, é criar cidades-diques que contenham o fluxo migratório para o DF.

ASSENTAMENTO

Outro projeto está sendo elaborado em conjunto pela Shis e pelo Instituto de Tecnologia Alternativa. Prevê o assentamento ecológico de 300 famílias de baixa renda, que alugam barracos de fundo de quintal em Planaltina. Esse assentamento, segundo o diretor-técnico do ITA, Fabrício Pedrosa, se dividirá em duas fases. A primeira deverá estar concluída em agosto próximo. Será a construção de abrigos iniciais de 20m2, cujo material será o barro cozido ao sol ou fogo. A segunda fase será a assistência técnica e apoio logístico para que essas famílias terminem de construir as casas, passo a passo, de acordo com suas disponibilidades. No assentamento ecológico o esgoto será tratado por biodigestor e o subproduto aproveitado em hortas comunitárias já existentes.

TRANSPORTES

Na área de transportes, segundo Mello, ficaram acertados três linhas de ação entre a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — vinculada ao MDU — e o GDF.

A primeira será um programa de investimentos, visando à realização de obras que venham indiretamente a beneficiar o transporte urbano: sinalização e eliminação de pontos de estrangulamento. Prevê também a instalação de galerias pluviais nos pontos em que o sistema de transporte é interrompido no período chuvoso.

O programa, no valor de Cz\$ 560 milhões, encaminhado e discutido com a direção do EBTU, prevê ainda obras de infra-estrutura em áreas adjacentes ao Plano Piloto e em todas as cidades-satélites. O programa de investimentos, segundo Mello, está em fase de análises.

Outra linha é o subsídio ao transporte urbano. Segundo o secretário de Governo, a passagem está quase 40 por cento mais barata que o custo operacional para o veículo realizar a viagem. “Se não adotássemos um subsídio ao transporte urbano caminharíamos para uma grave crise”.

“Não estamos, como frequentemente ocorre, transferindo renda ao empresário ou patrocinando a ineficiência gerencial. Face às pesquisas diárias, temos certeza de que estamos evitando um colapso no sistema e transferindo renda para o usuário de baixo rendimento, devido à defasagem entre o custo operacional e a tarifa praticada”.

Segundo ele, quando o Governador assumiu em maio, o usuário de salário mínimo gastava 25 por cento de sua renda em transporte. O Governador,

“numa decisão política, no reajuste de novembro”, baixou a tarifa de forma que esse usuário gastasse 19 por cento de sua renda. Com o aumento do salário mínimo e o congelamento das tarifas impostas pelo Plano Cruzado, esse gasto é de 6 por cento, acrescentando que o dispêndio atual só poderá ser reduzido através do subsídio maciço ao transporte urbano. — Ou com a adoção de um transporte de massa barato e eficiente, “que é nossa linha principal de atuação no momento.

Também está em tramitação no MDU um convênio entre a TCB e a EBTU, visando colocar 10 ônibus em Brasília movidos a biogás (combustível, segundo Mello, pesa em 25 por cento na composição do custo operacional dos veículos. O biogás já é produzido, e não aproveitado, na Estação de Tratamento de Esgotos do Lago Norte, numa base de 1 mil e 800m3 por dia. De acordo com o presidente da Coordenadoria Especial de Assuntos do Meio Ambiente, e autor do projeto, Benjamim Sicsu, o gás é inodoro e não poluente.

EROSÃO

Outro assunto da maior importância tratado na reunião foi a prevenção e a correção de erosões. Segundo Mello, o GDF terá de enfrentar não apenas a erosão da Ceilândia, mas também problemas pequenos, porém graves no ponto onde estão localizados. Essas pequenas erosões, disse, principalmente no Plano Piloto e algumas satélites, põem em risco algumas obras públicas já existentes, como redes subterrâneas de telefones ou eletricidade e até mesmo pistas asfaltadas.

Para combater a erosão, o governador José Aparecido encaminhou ao ministro Deni Schwartz uma proposta de trabalho nos próximos quatro anos, aplicando um montante de Cz\$ 280 milhões. Segundo o secretário de Governo, esses recursos estão no momento em fase de análise no MDU.

O GDF deverá atuar junto ao MDU nas obras de saneamento básico também em três linhas. Segundo Mello, o projeto de maior importância é o saneamento da bacia do Lago Paranoá, que prevê a captação de todo esgoto e o tratamento na deposição do Lago. Este projeto está orçado em Cz\$ 1 bilhão e 100 mil, para a realização das obras no período de quatro anos.

Outra medida será a ampliação da adutora do sistema do rio Descoberto, “para que seja assegurado nos próximos dois anos o abastecimento de água de Brasília”, disse o secretário. A Caesb, segundo ele, vem ultimando também a troca de canos velhos, ou mesmo com instalação defeituosa, para diminuir a perda de água, além de já estar realizando obras emergenciais junto à barragem de Santa Maria.

URBANIZAÇÃO

Além desses projetos, o GDF está negociando um empréstimo de Cz\$ 25 milhões junto ao BNH para completar a urbanização de Ceilândia. O secretário José Carlos Mello informou que desse total Cz\$ 56 milhões serão contratados nos próximos dias e se destinarão à urbanização da área central daquela satélite.

Outro projeto junto ao BNH, já aprovado pela Secretaria de Planejamento, prevê a construção de quatro creches: duas na Ceilândia, uma em Taguatinga e outra na Candangolândia. Segundo Mello, 1/3 dos recursos serão recebidos do MDU, a fundo perdido, e 2/3 conseguidos através de financiamento do BNH, que o GDF vai arcar.

Além de todos esses projetos, o GDF tenciona atualizar o mapeamento aerofotogramétrico do DF, já que o último foi feito em 1982. Segundo Mello, esse mapeamento é imprescindível para projetos futuros de zoneamento rural ou urbano.

O GDF solicitou ao MDU financiamento junto ao BNH no valor de Cz\$ 40 milhões para, a partir do próximo ano, fazer novos levantamentos aerofotogramétricos e mapeamento atualizado do DF, “que é um trabalho caro”.

MEIO AMBIENTE

A Coama submeteu também ao MDU um projeto-piloto de tratamento alternativo de esgotos em Planaltina, considerado pelo secretário como muito importante.

De acordo com Benjamim Sicsu, o método baseia-se no princípio do solo filtrante— que pode ser cultivado— onde camadas de aproximadamente 25 cm de solo (pedrisco e brita) recebem o esgoto. A água é filtrada e canalizada por drenos a um reservatório ou lançadas diretamente num corpo receptor.

Segundo Sicsu, por esse processo, na superfície do solo, acontece o trabalho dos microorganismos decompõem a matéria orgânica. Os nutrientes daí resultantes são retidos e podem ser absorvidos pela raiz do arroz, “uma das poucas culturas adaptáveis a terrenos alagadiços”.

Acrescentou que esse método é biológico e cumpre papel social relevante, pois propicia a utilização de mão-de-obra não-especializada, gerando ainda um produto (arroz) que pode ser destinado a programas sociais.



A diversão criminosa das crianças: atear fogo em gramados ressecados. Entre junho e agosto não há chuvas no DF